

PRODUÇÃO INTELECTUAL AMAZÔNICA E SABERES ENTRELAÇADOS: POVOS, TERRITÓRIOS E EPISTEMOLOGIAS EM DIÁLOGO

*AMAZONIAN INTELLECTUAL PRODUCTION AND INTERWOVEN KNOWLEDGES:
PEOPLES, TERRITORIES, AND EPISTEMOLOGIES IN DIALOGUE*

Rafael Turatti Siqueira; Glennda Paiva Moreira; Patricia Sautiro Fernandes

Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC-RO), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Recebido em: 19/08/2026 | Aprovado em: 23/08/2026 | Publicado em: 24/08/2026

Resumo: Este ensaio teórico discute a produção intelectual amazônica a partir do reconhecimento de que os conhecimentos elaborados na região não se restringem às universidades nem aos modelos científicos hegemônicos. Argumenta-se que povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e sujeitos urbanos produzem interpretações complexas sobre território, memória, linguagem, educação e vida coletiva. Por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, o texto aproxima contribuições de autores que problematizam a colonialidade do saber, as epistemologias do Sul e a potência do pensamento amazônico. Defende-se que integrar conhecimentos não significa assimilar diferenças a uma referência única, mas construir relações dialógicas capazes de reconhecer autoria, reciprocidade e autonomia epistemológica. Conclui-se que a educação e a produção científica comprometidas com a Amazônia devem superar práticas de apagamento, acolher a oralidade e a experiência territorial como fontes legítimas de conhecimento e afirmar a região como autora de si mesma.

Palavras-chave: Amazônia; produção intelectual; saberes tradicionais; território; pluralidade epistemológica.

Abstract: This theoretical essay discusses Amazonian intellectual production based on the recognition that knowledge developed in the region is not limited to universities or to hegemonic scientific models. It argues that Indigenous peoples, riverside communities, quilombola communities, extractivist groups, and urban subjects produce complex interpretations of territory, memory, language, education, and collective life. Through qualitative bibliographic research, the article brings together contributions from authors who examine the coloniality of knowledge, epistemologies of the South, and the strength of Amazonian thought. It maintains that integrating knowledge does not mean assimilating differences into a single reference, but building dialogical relationships capable of recognizing authorship, reciprocity, and epistemological autonomy. The article concludes that education and scientific production committed to the Amazon must overcome practices of erasure, embrace orality and territorial experience as legitimate sources of knowledge, and affirm the region as the author of its own narratives.

Keywords: Amazon; intellectual production; traditional knowledge; territory; epistemological plurality.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é frequentemente apresentada ao mundo como reserva de recursos naturais, fronteira econômica ou paisagem exótica. Embora essas dimensões façam parte de sua realidade, elas não dão conta da complexidade humana, histórica e intelectual da região. A Amazônia também é território de pensamento. Nela, povos e comunidades elaboram explicações sobre a vida, organizam memórias, constroem tecnologias, interpretam os ciclos das águas e das florestas, formulam estratégias de convivência e produzem linguagens próprias para narrar suas experiências.

Durante muito tempo, porém, parte expressiva dessa produção foi considerada menor, informal ou exterior ao conhecimento legítimo. A hierarquização colonial dos saberes estabeleceu a ciência ocidental como referência universal e deslocou outras formas de conhecer para os campos do folclore, da crença ou da tradição. Tal operação não apenas invisibilizou autores e coletividades amazônicas, mas também reduziu a capacidade de compreender a região a partir de suas próprias categorias.

Falar em produção intelectual amazônica exige, portanto, ampliar a noção de intelectualidade. O pensamento não se encontra somente em livros, laboratórios e universidades. Ele também se manifesta na oralidade dos mais velhos, nos modos comunitários de decidir, nas práticas de cura, no manejo dos territórios, nas narrativas míticas, nos cantos, nas artes, nas experiências escolares e nas lutas por direitos. Reconhecer essa diversidade não significa recusar a ciência, mas questionar sua pretensão de exclusividade e criar condições para um diálogo mais justo entre conhecimentos.

Este artigo tem como objetivo discutir a produção intelectual amazônica como campo plural, constituído pelo entrelaçamento de povos, territórios e epistemologias. Sustenta-se que a integração de saberes somente é fecunda quando preserva diferenças, reconhece autorias e evita a assimilação. Ao longo do texto, são examinadas a pluralidade epistemológica da Amazônia, a centralidade da oralidade, da memória e do território, o papel ambivalente da escola e os desafios de uma relação intercultural fundada na reciprocidade.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo caracteriza-se como ensaio teórico de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica. Essa escolha permite articular conceitos, experiências históricas e interpretações críticas sobre a produção de conhecimentos na Amazônia, sem pretender esgotar a diversidade de povos e territórios que compõem a região.

O percurso analítico reúne contribuições de autores que discutem colonialidade, epistemologias do Sul, cultura amazônica e pensamentos indígenas. As obras foram lidas de maneira interpretativa, buscando identificar aproximações entre três eixos: a crítica às hierarquias que definem quais conhecimentos são considerados válidos; o reconhecimento do território e da memória como dimensões da produção intelectual; e a necessidade de relações interculturais que não convertam diálogo em apropriação.

Por se tratar de investigação bibliográfica, sem participação direta de seres humanos e sem produção de dados empíricos identificáveis, o estudo não demandou apreciação por comitê de ética. Ainda assim, assume-se como compromisso ético evitar generalizações, respeitar a autoria dos povos e compreender que nenhuma referência escrita substitui a escuta direta das comunidades quando pesquisas futuras envolverem seus conhecimentos.

3 PRODUÇÃO INTELECTUAL PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE

A associação automática entre produção intelectual e instituição universitária limita a compreensão de como o conhecimento é criado e transmitido. As universidades desempenham papel relevante na sistematização, no debate público e na circulação de pesquisas, mas não inauguram o pensamento dos territórios em que se instalam. Na Amazônia, muitos conhecimentos que hoje despertam interesse acadêmico foram desenvolvidos e preservados por gerações de pessoas que não receberam o reconhecimento formal de pesquisadoras.

Saberes sobre plantas, solos, rios, animais, alimentação, construção, deslocamento e cuidado constituem sistemas de observação e aprendizagem. Eles resultam de experiências acumuladas, comparações, critérios de validação e responsabilidades comunitárias. Sua linguagem nem sempre coincide com a forma do artigo científico, mas isso não os torna desprovidos de rigor. O rigor pode assumir a forma da atenção aos ciclos naturais, da memória coletiva, da demonstração prática e da obrigação de responder pelas consequências de determinado conhecimento.

Reconhecer intelectuais fora da universidade também implica reconhecer sujeitos coletivos. Em diferentes comunidades, a autoria pode ser inseparável da ancestralidade, da convivência e da transmissão entre gerações. O conhecimento não aparece como propriedade isolada de um indivíduo, mas como parte de uma relação social. Ao entrar em contato com esses saberes, a pesquisa científica precisa abandonar a lógica de mera extração e estabelecer formas de consentimento, devolutiva, crédito e benefício compartilhado.

A ampliação do conceito de produção intelectual fortalece a própria universidade. Quando a instituição admite que não é a única origem do conhecimento, pode tornar-se espaço de encontro, tradução e colaboração. Isso exige políticas de acesso, reconhecimento de mestres tradicionais, valorização de pesquisadores amazônidas e abertura para formatos de expressão que ultrapassem a escrita acadêmica convencional.

4 POVOS AMAZÔNICOS E PLURALIDADE EPISTEMOLÓGICA

Não existe uma única Amazônia. A região reúne múltiplas histórias, línguas, cosmologias e projetos de futuro. Povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, migrantes e populações urbanas não formam categorias homogêneas. Cada povo e cada comunidade interpreta o território por meio de experiências próprias, embora compartilhem desafios produzidos pela exploração econômica, pela violência e pelo silenciamento.

A ideia de pluralidade epistemológica ajuda a compreender que diferentes coletividades estabelecem modos particulares de formular perguntas, produzir evidências e atribuir sentido ao mundo. Para Quijano (2005), a colonialidade do poder organizou classificações sociais e cognitivas que sobreviveram ao colonialismo político. Essa estrutura permanece quando um padrão de conhecimento é tratado como universal, enquanto os demais são percebidos como atrasados ou incompletos.

As epistemologias do Sul, discutidas por Santos e Meneses (2010), propõem enfrentar o desperdício de experiências provocado por essa hierarquia. No contexto amazônico, essa perspectiva convida a escutar conhecimentos que foram historicamente excluídos e a reconhecer que a justiça social depende também de justiça cognitiva. Não basta incluir povos como objetos de estudo; é necessário reconhecê-los como sujeitos que pensam, interpretam e produzem teoria.

As palavras de Kopenawa e Albert (2015), por exemplo, apresentam uma reflexão de grande alcance sobre a floresta, a destruição, a memória e a relação entre mundos. A obra rompe a expectativa de que o pensamento indígena deva permanecer restrito ao testemunho local. Do mesmo modo, Krenak (2019) questiona a separação entre humanidade e natureza e convoca a reconsiderar os fundamentos de uma civilização que transforma a Terra em recurso. Essas contribuições não são complementos decorativos ao pensamento contemporâneo; elas participam de sua renovação.

5 ORALIDADE, MEMÓRIA E TERRITÓRIO COMO FORMAS DE CONHECIMENTO

Em muitas sociedades amazônicas, a oralidade é uma tecnologia central de conservação, atualização e transmissão do conhecimento. Narrar não significa apenas repetir o passado. A narrativa reorganiza a experiência, relaciona acontecimentos, ensina condutas e situa cada geração em uma história coletiva. A palavra falada possui contexto, interlocutores e responsabilidades; sua força depende da relação entre quem narra, quem escuta e o território ao qual a narrativa se vincula.

A memória, nesse sentido, não é arquivo imóvel. Ela é prática viva, selecionada e reconstruída conforme as necessidades do presente. Histórias de deslocamento, formação de comunidades, conflitos, festas, enchentes e transformações ambientais permitem interpretar mudanças e orientar decisões. Quando uma comunidade nomeia igarapés, caminhos, espécies e lugares sagrados, produz também uma cartografia intelectual que não se reduz aos mapas oficiais.

O território é mais do que superfície física. Ele reúne relações de pertencimento, trabalho, espiritualidade, parentesco e aprendizagem. Loureiro (2015) mostra como a cultura amazônica elabora uma poética própria, na qual natureza e imaginação se atravessam. Essa elaboração não representa fuga da realidade; constitui uma maneira de compreender um mundo marcado pela presença das águas, pela extensão das distâncias e pela convivência com múltiplas formas de vida.

A valorização da oralidade não dispensa o registro escrito, audiovisual ou digital. Esses recursos podem contribuir para a preservação e a circulação de conhecimentos, desde que seu uso respeite as decisões das comunidades. Nem todo saber deve tornar-se público, e nem todo registro pode ser separado de seu contexto. A ética da documentação exige consentimento, cuidado com conhecimentos sensíveis e reconhecimento de que guardar também pode significar proteger.

6 A ESCOLA ENTRE O RECONHECIMENTO E O APAGAMENTO DOS SABERES

A escola ocupa uma posição decisiva na relação entre conhecimentos. Ela pode reforçar a ideia de que somente os conteúdos dos livros são legítimos ou pode aproximar currículo e território, ajudando os estudantes a compreenderem que suas comunidades também produzem saber. Em muitas experiências, a escolarização operou como instrumento de assimilação cultural, desvalorizando línguas, memórias e práticas locais em nome de um modelo uniforme de sociedade.

O apagamento acontece de formas abertas e sutis. Ele ocorre quando a Amazônia aparece no currículo somente como bioma, quando povos indígenas são tratados apenas no passado, quando a fala regional é corrigida como deficiência ou quando saberes comunitários são lembrados apenas em datas comemorativas. Também se manifesta quando a escola convida representantes locais para ilustrar um conteúdo já definido, sem permitir que participem das escolhas pedagógicas e da produção do conhecimento.

Uma educação comprometida com o reconhecimento precisa partir de perguntas vinculadas à vida dos estudantes. A investigação sobre a história do bairro, a memória dos mais velhos, a qualidade das águas, as mudanças na paisagem, as formas de trabalho e as narrativas da comunidade pode articular conhecimentos escolares e territoriais. Essa articulação não reduz a exigência acadêmica; ao contrário, oferece problemas concretos para leitura, pesquisa, comparação de fontes, argumentação e elaboração autoral.

O professor atua como mediador desse encontro. Sua tarefa não é romantizar saberes locais nem tratá-los como verdades imunes à reflexão, mas criar condições para que diferentes explicações sejam apresentadas, contextualizadas e discutidas com respeito. A formação docente deve incluir história regional, relações étnico-raciais, educação intercultural e metodologias de pesquisa que reconheçam a autoria comunitária. Assim, a escola pode deixar de ser espaço de substituição cultural e tornar-se lugar de diálogo e fortalecimento identitário.

7 INTEGRAÇÃO SEM ASSIMILAÇÃO: DIÁLOGOS ENTRE CONHECIMENTOS

A expressão “povos integrados” pode sugerir participação e convivência, mas também carrega o risco histórico de significar adaptação compulsória a uma sociedade dominante. Por isso, integrar conhecimentos não deve ser entendido como dissolver diferenças. Uma integração democrática preserva a possibilidade de cada povo nomear o mundo a partir de suas referências, decidir o que deseja compartilhar e participar em condições de igualdade das instituições comuns.

O diálogo entre conhecimentos não acontece quando um sistema apenas recolhe informações do outro. Ele exige reciprocidade, disposição para rever pressupostos e reconhecimento dos limites de cada perspectiva. A ciência pode contribuir com instrumentos de medição, comparação e comunicação ampla; os conhecimentos territoriais podem oferecer observações de longa duração, categorias locais e relações éticas que a pesquisa externa desconhece. O encontro torna-se produtivo quando nenhuma dessas contribuições é previamente reduzida a posição subordinada.

Alguns princípios são fundamentais para esse processo: reconhecimento explícito de autoria; consentimento livre e informado; participação das comunidades na definição dos problemas; devolução acessível dos resultados; proteção de conhecimentos sensíveis; e repartição justa de benefícios. Tais princípios deslocam a pesquisa de uma lógica extrativa para uma prática de cooperação.

No campo educacional, a integração sem assimilação demanda currículos flexíveis, produção de materiais com participação local, presença de línguas e narrativas amazônicas e abertura para mestres comunitários. No campo científico, requer critérios editoriais capazes de acolher temas, metodologias e formas de expressão vinculadas à região. Uma revista científica sediada na Amazônia pode contribuir para esse movimento ao tratar autores amazônidas não como fontes periféricas, mas como protagonistas do debate intelectual.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA AMAZÔNIA AUTORA DE SI

A produção intelectual amazônica nasce de universidades, escolas, comunidades, movimentos sociais, associações, terreiros, aldeias, rios, florestas e cidades. Sua diversidade desafia as fronteiras que separam ciência, cultura, memória e experiência. Reconhecê-la implica superar a imagem da Amazônia como território a ser explicado exclusivamente de fora e afirmar a capacidade de seus povos de produzir interpretações sobre si, sobre o país e sobre o mundo.

A análise desenvolvida mostrou que a colonialidade do saber ainda organiza hierarquias, mas também encontrou resistências em pensamentos, narrativas e práticas que preservam outras formas de relação com o território. Oralidade, memória e experiência territorial constituem fontes legítimas de conhecimento. Sua presença na escola e na pesquisa, contudo, precisa ocorrer com autoria, consentimento e respeito às diferenças.

Integrar sem assimilar é construir um espaço comum que não exija o abandono de identidades e epistemologias. Esse compromisso demanda mudanças institucionais: currículos que dialoguem com os territórios, universidades abertas aos mestres tradicionais, políticas editoriais inclusivas e pesquisas orientadas pela reciprocidade. Demanda também uma atitude intelectual de escuta, capaz de reconhecer que todo conhecimento é situado e que nenhuma tradição possui respostas suficientes para todos os problemas.

Uma Amazônia autora de si não é uma Amazônia isolada. É uma região que participa do diálogo nacional e internacional sem renunciar ao direito de formular suas próprias perguntas, escolher suas palavras e decidir os caminhos de seu futuro. Valorizar sua produção

intelectual significa ampliar o horizonte da educação, democratizar a ciência e reconhecer que a diversidade de saberes é condição para imaginar formas mais justas de convivência.

REFERÊNCIAS

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura amazônica: uma poética do imaginário. Manaus: Valer, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.